



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012570-59.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Allianz Seguros S/A**  
 Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

**Vistos.**

**Allianz Seguros S/A** ajuizou ação de regresso em face de **Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL** alegando, em síntese, que na condição de seguradora, firmou contrato com Associação dos Amigos do Residencial II, pelo qual se comprometeu a indenizar danos elétricos ao patrimônio da segurada. Relata que no dia 03 de março de 2017 houve oscilações e sobretensões de eletricidade na rede de distribuição da requerida, que provocaram danos em bens da segurada (switches e sensores). A segurada relatou o ocorrido à autora, que deu início a processo de regulação do sinistro, supervisionado por técnicos. Ao final, os danos indenizados foram quantificados em R\$ 1.220,00 (já descontada a franquia de R\$ 2.000,00). Tendo em vista a sub-rogação, e à luz do direito aplicável à espécie, pede a condenação da requerida ao ressarcimento correspondente. Juntou documentos.

A ré foi devidamente citada e contestou o pedido. Arguiu ilegitimidade ativa, pois considerando a data do sinistro, não havia ainda relação contratual com o condomínio segurado, uma vez que a data da apólice era vigente apenas de 22 de março de 2017 a 29 de junho de 2017. Defendeu que a seguradora não tem direito de regresso, pois é da essência da atividade a assunção do risco. Negou o nexo causal, à falta de falha no serviço. Sustentou a aplicabilidade da Resolução Normativa nº 414/2010. Imputou ao usuário a responsabilidade pelas instalações internas. Discorreu sobre o direito aplicável. Impugnou os danos materiais, que não estariam comprovados. Questionou a inversão do ônus da prova. Pugnou ao final pela decretação da improcedência do pedido. Juntou documentos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A autora apresentou réplica.

Concedida oportunidade para especificação de provas, apenas a autora se manifestou.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

O pedido comporta imediato julgamento, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, pois as provas até então produzidas e as alegações das partes bastam para o pronto desate do litígio.

Rejeita-se a arguição de ilegitimidade ativa, pois a autora, em réplica, juntou aos autos a apólice com vigência de 29 de junho de 2016 a 29 de junho de 2017 (fls. 180/183). Logo, como os fatos que dão ensejo à ação de regresso ocorreram em 03 de março de 2017, e uma vez incontestada a indenização levada a efeito pela autora, é patente sua legitimidade ativa, por sub-rogação.

O pedido administrativo formulado junto à concessionária do serviço público não pode se traduzir condição de procedibilidade para o exercício do direito de ação. A garantia da inafastabilidade da jurisdição, prevista no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição da República, traduz-se em direito subjetivo com *status* positivo do eventual lesado frente ao Estado-Juiz, a fim de que sua pretensão seja levada a conhecimento e decidida pelo órgão jurisdicional.

É insofismável, por outro lado, que a própria resistência da ré nesta demanda sinaliza a inviabilidade ou mesmo o insucesso da formulação do pedido administrativo. Ou seja, o pleito da autora seria obstado pelo teor da contestação, fato apto a demonstrar a inutilidade do pedido na seara administrativa, pois a questão pode ser decidida nesta ação, à luz dos documentos juntados e das alegações de ambas as partes.

No mérito, cumpre observar que a responsabilidade da ré, por ser prestadora de serviço público, é objetiva, nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição da República, incidindo ainda as regras protetivas do Código de Defesa do Consumidor, em especial as do artigo 22, que prevê: *Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**2ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código.*

Na contestação, a ré alegou a ausência denexo causal em virtude da ocorrência de culpa exclusiva do consumidor, caso fortuito ou força maior, de modo genérico. Por isso, descabido o pleito de responsabilização civil por falta de um de seus elementos.

Como se sabe, nos termos do artigo 14, *caput*, do Código de Defesa do Consumidor, a ré responde independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços. E, nos termos do § 3º, do mesmo dispositivo legal, o fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar: I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste; II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

E isto mesmo em se tratando de ação de regresso movida pela seguradora, pois ela se sub-roga em todos os direitos do segurado indenizado, sem dúvida, conforme entendimento jurisprudencial ora colacionado: *APELAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA. AÇÃO REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO DE DANOS MATERIAIS AJUIZADA PELA SEGURADORA POR SUB-ROGAÇÃO. OSCILAÇÃO NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA. OCORRÊNCIA. PROVA HÁBIL AMPARADA NO LAUDO TÉCNICO QUE INSTRUIU A REGULAÇÃO DE SINISTRO. NEXO CAUSAL COMPROVADO. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA DE CAUSA EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. RECURSO IMPROVIDO. 1.- Para que a seguradora possa exercer seu direito de regresso, não é necessário que o consumidor tenha comunicado o problema na rede elétrica à concessionária ou requerido a reparação pela via administrativa. 2.- Aplica-se o CDC ao caso examinado, uma vez que a relação primária estabelecida entre o segurado e a concessionária é de consumo, sub-rogando-se a seguradora em todos os seus direitos e deveres, inclusive no que diz respeito aos privilégios das normas protetivas do consumidor (arts. 786 e 349 do CC). 3.- É objetiva a responsabilidade da concessionária-ré pela reparação dos danos, baseada nas teorias do risco da atividade (art. 14 do CDC) e do*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**2ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*risco administrativo (Art. 37, §6º, da CF). 4.- Demonstrado o nexo de causalidade entre a prestação de serviços defeituosa e os danos causados nos equipamentos do segurado, em decorrência de oscilações na rede elétrica, competia à concessionária comprovar a exclusão de sua responsabilidade, nos termos do art. 373, II, do CPC/2015 e do art. 6º, VIII, do CDC, ônus do qual não se desincumbiu (TJSP, Ap. nº 1099249-39.2016.8.26.0100, Relator **Adilson de Araujo**, 31ª Câmara de Direito Privado, j. em 15/09/2017).*

A inversão do ônus da prova, neste caso, é *ope legis*, e alcança a seguradora na ação de regresso. Então, por sua maior capacidade técnica, caberia à ré demonstrar que prestou o serviço de forma adequada ou que houve culpa exclusiva do consumidor. Ambas as hipóteses estão ausentes no caso dos autos. A lacônica alegação da presença de culpa exclusiva do consumidor, caso fortuito ou força maior não possui o condão de afastar o nexo de causalidade entre o evento e o dano.

Em caso análogo, inclusive, já se decidiu que: *APELAÇÃO CÍVEL – Interposição contra sentença que julgou improcedente ação de reparação por danos materiais. Interrupção do fornecimento de energia elétrica, em diversos dias, que caracteriza falha na prestação de serviços. Concessionária que, mesmo depois de vários protocolos abertos pela cliente, não solucionou os problemas, que perduraram por longo tempo. Admissão da falha em vários períodos, sob a alegação de deterioração de equipamentos e outras causas não determinadas. Chuva e ventos fortes. Eventos que não são considerados como imprevisíveis, ainda mais na estação de verão. Concessionária que deve realizar os investimentos necessários e preparar-se para evitar essas ocorrências que se repetem todos os anos. Excepcionalidade de tempestades que atingiram a cidade no período de dezembro/2014 a janeiro/2015. Argumento que não pode ser utilizado pela concessionária para eximir-se da responsabilidade de prestar o serviço adequado. Época em que, de conhecimento público, o índice pluviométrico ficou abaixo do esperado, implicando na queda severa do volume das represas de abastecimento. Dano material comprovado. Gastos necessários com óleo diesel e manutenção técnica, para o funcionamento de geradores, que devem ser ressarcidos. Sentença reformada. (TJSP. Apelação nº 1010087-67.2015.8.26.0100. Rel. Des. **Mário A. Silveira**; Comarca: São*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**2ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Paulo; Órgão julgador: 33ª Câmara de Direito Privado; j. 15/02/2016).

Veja-se ainda que, embora conferida oportunidade, a ré não manifestou interesse em produzir prova alguma, nem mesmo pericial. Mas ainda que tivesse sido postulada qualquer dilação probatória pela ré, e considerando que esta tese de exclusão da responsabilidade pela ocorrência de força maior em virtude de eventos da natureza é rejeitada pela doutrina e pela jurisprudência, tem-se que a atividade instrutória seria de todo desnecessária, aplicando-se o artigo 370, parágrafo único, do Código de Processo Civil: *O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.*

Ademais, não cabe impor ao usuário do serviço público a aquisição de equipamentos (gerador de energia) aptos a evitar ou minorar as consequências de eventuais danos causados pela falha na prestação que incumbe à concessionária. É seu o ônus de zelar pela prestação adequada do serviço, garantindo sua eficiência e segurança aos seus destinatários.

Outrossim, a seguradora levou a efeito minucioso procedimento de verificação do sinistro, com vistoria do local, exame dos bens sinistrados, apuração da causa dos danos, identificando as oscilações de energia, emitindo então pareceres técnicos que positivaram, com segurança, o nexos causal entre os danos e a conduta da ré, viabilizando o pagamento da indenização securitária, conforme documentos que instruem a petição inicial (fls. 30/40).

De outro vértice, uma vez assentada a responsabilidade da ré, cumpre ratificar os danos indenizados pela seguradora. O laudo técnico apresentado pela inicial, e os comprovantes de pagamentos feitos à empresa segurada (R\$ 1.220,00, em 20 de março de 2017) embora produzidos pela autora, não foram impugnados de forma específica pela ré, daí o acolhimento integral do pedido (fls. 55/59).

Ante o exposto, **julgo procedente o pedido, para condenar a ré a pagar à autora R\$ 1.220,00 (um mil e duzentos e vinte reais), com correção monetária, utilizada a tabela prática do egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, a contar da indenização paga pela autora ao segurado, e juros de mora, de 1% ao mês, contados da citação, extinguindo-se o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**487, inciso I, do Código de Processo Civil.**

Em razão da sucumbência, condeno a ré a pagar as custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios fixados por equidade em R\$ 500,00 (quinhentos reais), quantia que está em consonância com os critérios previstos no artigo 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 21 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**